



PODER

# Em acareação, versões opostas de Vorcaro e Costa

Dono do Master e ex-presidente do BRB divergem sobre a procedência de carteiras vendidas ao banco do Distrito Federal. Vídeos das alegações dos dois e de depoimentos à Polícia Federal têm sigilo derrubado pelo relator do caso, Dias Toffoli

» LUANA PATRIOLINO

Em acareação no Supremo Tribunal Federal (STF), o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, e o ex-presidente do Banco de Brasília Paulo Henrique Costa apresentaram versões diferentes sobre a origem das carteiras de crédito vendidas ao banco público do Distrito Federal.

Vorcaro afirmou que o BRB tinha conhecimento de que parte dos créditos não havia sido originada pelo Master, mas, sim, por outra empresa, a Tirreno, de forma genérica. Os papéis se revelaram desvalorizados em seguida.

“Chegamos a conversar por algumas vezes que a gente começaria um novo formato de comercialização, que seria de terceiros, carteiras originadas por terceiros, e não mais originação própria, especificamente”, disse.

A delegada responsável pelo caso, Janaína Pereira Lima Palazzo, questionou se Vorcaro avisou que seriam carteiras originadas por terceiros. Ele sustentou: “Sim, eu não me lembro a data específica, mas a gente chegou a conversar, em algum momento, que a gente teria essa comercialização desse novo tipo de carteira”. Segundo o banqueiro, “o BRB sabia que aqueles créditos não eram do Master”. “Isso foi informado desde o início”, reiterou.

Paulo Henrique Costa, no entanto, negou a informação. Ele afirmou ter entendido que os ativos tinham origem no próprio Master e que depois surgiram dúvidas sobre a procedência das carteiras. “Em nenhum momento me foi dito que os créditos não eram do Master. Essa informação só apareceu depois, quando começaram os problemas”, enfatizou.

O vídeo com a acareação, realizada em dezembro, teve o sigilo derrubado, ontem, pelo ministro Dias Toffoli, relator do caso no STF. A investigação apura suspeitas de irregularidades na tentativa de compra do Master pelo BRB.

O magistrado atendeu a um pedido do Banco Central, que apontou a necessidade de ter acesso ao depoimento prestado por seu diretor de Fiscalização, Ailton de

Reprodução/STF



A sessão de acareação entre Daniel Vorcaro e Paulo Henrique Costa foi realizada no Supremo Tribunal Federal em 30 de dezembro do ano passado

Sim, eu não me lembro a data específica, mas a gente chegou a conversar, em algum momento, que a gente teria essa comercialização desse novo tipo de carteira”

Daniel Vorcaro, dono do Banco Master

Em nenhum momento me foi dito que os créditos não eram do Master. Essa informação só apareceu depois, quando começaram os problemas”

Paulo Henrique Costa, ex-presidente do BRB

Aquino Santos, à Polícia Federal. As oitivas foram conduzidas pela delegada Janaína Palazzo. Um juiz auxiliar do gabinete de Toffoli e um membro do Ministério Público acompanharam os depoimentos.

A Operação Compliance Zero da PF indica que o BRB fez operações consideradas irregulares com o Master numa tentativa de dar fôlego à instituição de Vorcaro, enquanto o Banco Central analisava a proposta de aquisição. O banco

do DF chegou a formalizar a oferta em março deste ano, mas o negócio acabou vetado pela autoridade monetária.

## Ibaneis

Outro vídeo liberado ontem, que teve trechos divulgados na semana passada, Vorcaro disse, em depoimento à Polícia Federal, que conversou com o governador do Distrito Federal, Ibaneis

Rocha, “em poucas oportunidades” sobre a venda de ativos do Master ao BRB. Segundo ele, os encontros ocorreram para “conversas institucionais”. “Conversei em algumas poucas oportunidades. O governador já foi à minha casa uma vez e eu já fui na casa dele. Nós nos encontramos poucas vezes, para conversas institucionais”, disse.

Já Ibaneis negou ter participado de qualquer negociação

envolvendo a tentativa de compra. “Nunca tratei nada relacionado ao BRB com o Vorcaro. Todas as tratativas foram feitas pelo Paulo Henrique (Costa) — ex-presidente do BRB”, afirmou ao **Correio**, no sábado passado. O governador confirmou, no entanto, que manteve encontros com Vorcaro e chegou a ir à residência do banqueiro, mas ressaltou que o tema não foi discutido nessas ocasiões.

## Saiba mais

» Segundo investigação da Polícia Federal, de janeiro a junho de 2025, o BRB comprou, no total, R\$ 6,7 bilhões em carteiras falsas do Master e pagou mais R\$ 5,5 bilhões de prêmio, totalizando R\$ 12,2 bilhões. Essas carteiras foram originadas pela Tirreno, uma empresa classificada como “de prateleira” pela PF. A Tirreno foi criada em dezembro de 2024 e começou a repassar os créditos ao Master em janeiro de 2025.

## Sem senha

Vorcaro se negou a passar a senha do celular — apreendido na operação Compliance Zero — durante o depoimento à PF. Na ocasião, o advogado Roberto Podval argumentou que isso poderia comprometer a privacidade e a vida pessoal de seu cliente.

“O sigilo das comunicações dele (Daniel Vorcaro) e a nossa preocupação menos têm a ver com qualquer relação comercial do banco empresarial, mas com relações pessoais e privadas”, justificou o advogado.

O banqueiro refutou que o Master tenha realizado fraudes em carteiras de investimentos. “O que eu mais quero é restabelecer a verdade. Essa fraude que foi colocada, ela não existiu, e não era para ter liquidado o banco”, frisou.

Também à PF, em oitiva realizada em 30 de dezembro, o diretor do Banco Central Ailton Aquino afirmou que a governança do Banco de Brasília deveria ter sido capaz de identificar problemas nos créditos adquiridos do Master. Ele acredita que houve falhas.

“Tenho certeza de que a governança do BRB deveria ter identificado. Não tenho dúvida disso. Aplicando-se técnicas é possível identificação da existência ou não dos créditos. Falha na governança do BRB”, enfatizou.

# Pressionado, Toffoli admite envio do caso à 1ª instância

A retirada do sigilo dos depoimentos na investigação do Banco Master ocorre em meio à forte pressão para que o relator, ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), devolva a investigação à Justiça Federal. Pela primeira vez, o magistrado se pronunciou, ontem, sobre o caso e a respeito das críticas em relação à forma como tem conduzido o processo. Ele tem tomado decisões consideradas incomuns, como a centralização de oitivas na Corte, a determinação de acareação entre dirigentes do Banco Central e executivos do banco investigado, além de restrições ao acesso da PF a aparelhos apreendidos.

Em nota, Toffoli informou que vai analisar a possibilidade de remessa do processo à primeira instância após o término das apurações. “Encerradas as investigações, será possível examinar os casos para eventual remessa às instâncias ordinárias, sem a possibilidade de que se apontem nulidades em razão da não observância do foro por prerrogativa de função ou de violação da ampla defesa e do devido

processo legal”, diz o texto.

O presidente do STF, ministro Edson Fachin, tenta convencer o relator a retornar os inquéritos para a primeira instância. A medida é vista como uma solução menos desgastante no momento. Na Justiça Federal, as apurações corriam em separado em Brasília e em São Paulo.

O processo foi parar no Supremo por causa do suposto envolvimento do deputado federal João Carlos Bacelar (PL-BA), em função da negociação — que não se concretizou — de uma área na Bahia.

A decisão de mandar o processo à primeira instância caberá ao próprio Toffoli. Essa é a primeira vez que ele sinaliza que pode remeter o caso à primeira instância. No comunicado, o gabinete ressaltou que o ministro foi sorteado relator da operação Compliance Zero, que apura irregularidades na tentativa de venda do Master para o Banco de Brasília.

“No dia 3 de dezembro de 2025, após o exame preliminar dos autos, houve a determinação, em caráter liminar, para que o processo fosse

Victor Piemonte/STF



O ministro tem sido alvo de críticas por sua atuação no processo

remetido ao Supremo Tribunal Federal, mantidas e validadas todas as medidas cautelares já deferidas, bem como o sigilo que já havia sido decretado pelo juízo de primeiro grau, a fim de evitar vazamentos que pudessem prejudicar as investigações”, escreveu.

O comunicado aponta que, em 15 de dezembro, o ministro verificou a “absoluta necessidade” de diligências urgentes para proteger o Sistema Financeiro Nacional. Por isso, determinou os depoimentos dos principais investigados, incluindo Vorcaro e o ex-presidente

do BRB Paulo Henrique Costa. Toffoli destacou que a acareação entre as partes “se mostrou necessária”.

Segundo o ministro, a Corte também é responsável pela supervisão da investigação e das provas apreendidas. “Após o exame do material contido nos autos e com parecer favorável do Procurador-Geral da República, foi julgada parcialmente procedente a reclamação, para reconhecer a competência da Suprema Corte a fim de supervisionar as investigações que envolvem a operação Compliance Zero, decisão contra a qual não foi apresentado recurso.”

O texto afirma que todos os pedidos formulados pelas defesas para anular o processo foram rejeitados. “No curso do processo, todos os pedidos de reconhecimento de nulidades formulados pelas defesas dos investigados, inclusive por violação de prerrogativa de foro, foram rejeitados, assim como foi indeferido um pedido de composição amigável entre as partes apresentado pela defesa de Daniel Vorcaro”, diz. (LP)

Encerradas as investigações, será possível examinar os casos para eventual remessa às instâncias ordinárias, sem a possibilidade de que se apontem nulidades em razão da não observância do foro por prerrogativa de função ou de violação da ampla defesa e do devido processo legal”

Trecho da nota de Toffoli